

Dos *grounds* às arenas - as quatro gerações de estádios brasileiros em perspectiva antropológica

From grounds to arenas - the four generations of Brazilian stadiums under an anthropological perspective

Arlei Sander Damo *

Resumo: Os estádios são emaranhados constituídos por uma infraestrutura de cimento com uma forma determinada, que separa jogadores de torcedores, torcedores que acessam o jogo dos que não o fazem, torcedores que estão no estádio entre si, de acordo com critérios variados. O objetivo é apresentar os estádios como territórios do encontro entre o jogar e o torcer, a partir de uma narrativa em diacronia, identificado as principais transformações pelas quais passaram essas edificações desde a chegada do futebol ao Brasil. Procuro destacar, inicialmente, a quantidade e diversidade dos estádios brasileiros, evitando reduzir o debate às edificações mais portentosas. Também pretendo identificar os principais pontos de inflexões a partir dos quais pode-se notar mudanças em termos de função e significado desses emaranhados incrustados às paisagens urbanas.

Palavras-chave: Estádio. Arena. Território. Antropologia. Patrimônio.

Abstract: The stadiums are entangled consisting of a concrete infrastructure with a specific shape, which separates players from fans, fans who access the game from those who do not, fans who are in the stadium among themselves, according to multiple conditions. The goal is to present stadiums as territories for the encounter between professionals and the public, based on a diachronic narrative, identifying the main transformations that these buildings have undergone since the arrival of football in Brazil. I try to highlight, initially, the quantity and diversity of Brazilian stadiums, avoiding reducing the debate to the most portentous buildings. I also intend to identify the main inflection points from which changes can be noted in terms of function and meaning of these buildings inlaid with urban landscapes.

Key-words: Stadium. Arena. Territory. Anthropology. Heritage.

Introdução

A última onda de atualização dos grandes estádios brasileiros desencadeada por ocasião da Copa 2014 gerou debates que extrapolaram o campo esportivo, a tal ponto do “padrão FIFA”, uma marca das novas arenas, ter se tornado um slogan recorrente nas Jornadas de Junho (DAMO, 2020). No espectro dos estudos esportivos, as novas

* Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2. Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2005) e Professor do PPG em Antropologia Social pela mesma instituição Autor dos livros “Do dom à profissão: a formação de futebolistas no Brasil e na França” (prêmio Capes e Anpocs de melhor tese de 2005), “Futebol e identidade social” e coautor com Ruben Oliven de “Futebol y cultura” (Buenos Aires, Argentina) e “Megaeventos Esportivos no Brasil”. E-mail: arleidamo@gmail.com

arenas e o “padrão FIFA” suscitaram a criação do conceito de arenização, um neologismo que sugere a ideia de um processo de mudança na concepção dos estádios, impactado por transformações no espectro mais amplo do futebol de espetáculo, cujos efeitos reverberaram nas formas de torcer, entendidas, simultaneamente, como uma expressão estética e política. Outros neologismos acompanham de perto o conceito de arenização - os de mercadorização, civilização, elitização, entre outros – indicando que as transformações seguiram certas tendências dentre as quais destaca-se: redução dos espaços com aumento dos preços dos ingressos, dos produtos e dos serviços acoplados aos espetáculos; modulação e padronização das formas de torcer, articuladas em torno da orientação “*all seated*”; exclusão de parcela expressiva dos torcedores, notadamente aqueles de menor poder aquisitivo e tidos como inconvenientes ou perigosos. A reconfiguração dos espaços populares – denominados de “geral” ou “popular” – a que correspondia um dado perfil de público e modalidades específicas de torcer, foi sem dúvidas o aspecto mais criticado da arenização no espectro das ciências sociais¹.

Os estádios, salvo exceções, não eram o foco da literatura em ciências sociais até a avassaladora onda de atualizações que teve início na década de 1990, nos países europeus, e desdobrando-se no Brasil no espectro da Copa 2014. A noção de patrimônio era, até pouco tempo, um termo nativo, usado pelos clubes, para se referir aos seus bens materiais, incluindo-se estádios. Poucos clubes avançaram um pouco mais, incluindo-se a preservação da própria memória, em geral por ações do marketing. A noção acadêmica de patrimônio, que certamente é bem mais ampla - em que pese não seja consensual – foi mobilizada às pressas por ocasião da arenização, tendo-se transformado, inclusive, num argumento político para fazer frente ao “bota abaixo” generalizado. A luta pela preservação de certos estádios ou parte deles foi invocada a partir da constatação, já consagrada no campo dos estudos sobre patrimônio, de que a eles correspondiam formas de torcer que seriam igualmente extintas. Não resta dúvidas de que, neste caso, a preocupação com o “patrimônio imaterial”, precedeu o orientou a defesa do “patrimônio material”, invertendo-se, de certa forma, o roteiro do campo de estudos sobre patrimônio (GONÇALVES, 2005; VELHO, 2006; SALAINI e GRAEFF, 2011).

¹ Em certa medida, foi este viés popular dos estádios e a defesa de uma dada concepção do torcer a ele vinculada que tornou legítima a abordagem do futebol como um tema relevante no espectro acadêmico a partir das duas últimas décadas do Século XX. Todavia, as reformas nos antigos estádios e a edificação de novos no regime da arenização, como que implodiu um objeto de pesquisa recém constituído ou, quem sabe, suscitou a sua reconfiguração (DAMO, 2018).

Em textos recentes, como o de Cristhian Bromberger, publicado nesta edição da Revista *Museologia e Patrimônio*, fica explícita a possibilidade enquadramento de extensa lista de bens esportivos no espectro patrimonial, de uma estátua a uma camiseta, de um troféu a uma flâmula, de um estádio a um gol e assim por diante. Em que pese as advertências em relação ao abuso dos conceitos de memória e patrimônio (BROMBERGER, 2014; TERRAY, 2006; TODOROV, 1998), não resta dúvidas quanto a possibilidade de se incluir os estádios de futebol neste rol. Mas quais estádios? Ou antes: o que são estádios, afinal? O Maracanã é um estádio, por óbvio, e parte das suas características originais foram preservadas nas duas reformas de vulto a que foi sujeito nas últimas décadas (MELO e CID, 2019; CLEMENTE, 2016). Mas o que foi preservado, notadamente a fachada exterior, era de fato o que lhe singularizava? Por que não foram tombados o fosso e a geral, dois dos mais notáveis elementos que acompanharam a maracanização dos estádios brasileiros a partir da década de 1950, como irei arguir oportunamente? O Estádio Olímpico, a casa do Grêmio entre 1953 e 2012, cujos escombros estão à mercê das intempéries desde que a nova Arena foi inaugurada, em 2012, deveria ser salvo da demolição? Quanto aos pequenos estádios, contados às centenas Brasil afora, são susceptíveis à noção de patrimônio? E ainda: se patrimonializados, preservarão a memória do bairro, de jogadores infames, de frações das classes populares urbanas ou de homens adultos e viris, com suas cosmologias androcêntricas, que dominam desde sempre tais territórios? Tão importante quanto pensar na possibilidade de preservação dos estádios é alargar o próprio conceito de estádio, incorporando uma das tantas contribuições dos estudos sobre patrimônio, que é o acoplamento dos aspectos materiais e imateriais.

Um estádio poderia ser definido como um emaranhado, no sentido que Ingold (2012) sugere às coisas, numa tentativa de integrar sujeitos e objetos para pensar dinâmicas e relações. A definição de estádio precisa exceder a infraestrutura de cimento e ferro em formato elíptico ou retangular, concepção que povoa o imaginário de dirigentes de clubes, gestores estatais e marqueteiros em geral, preocupados que estão com a relação custo e benefício, seja ela política ou econômica. Quando pensado em sua existência plena, o que conta é a edificação, mais o público e o jogo; não se trata, pois, de um objeto, antes uma entidade que articula um conjunto extenso de relações estéticas e políticas, com variações de época e de propósitos. É o mínimo que se pode esperar de uma definição concisa de estádio, qualquer que seja: que dê conta desta interação multifacetada, que transborde as dicotomias entre o material e o imaterial, que seja apreendido como um monumento das cidades contemporâneas e um território onde são produzidas, irradiadas e consumidas algumas dentre as mais eloquentes formas de

emoções coletivas da modernidade. Estádios são territórios onde se encontram o jogar e o torcer, num registro espetacularizado, razão pela qual pressupõem cosmologias, suscitam emoções e geram disputas.

Instigue-se os torcedores a narrar suas experiências, a resgatar a memória de suas performances, a contar o melhor e o pior das emoções vividas nos estádios, e ver-se-á que elas envolvem um jogo, por óbvio, mas também um ponto de referência no estádio. O ponto de referência é onde o corpo precisa estar, como condição indispensável para experienciar o espetáculo ou, preferindo-se, a emoção que ele suscita, e ao mesmo tempo uma posição cosmológica, que indica um certo pertencimento clubístico, *habitus* de classe e gosto estético.

Os templos, como escreveu Durkheim (2003), contribuem sobremaneira para a experiência com o sagrado, a começar pelo fato de serem lugares para os quais convergem outros crentes. Os estádios cumprem, rigorosamente, a mesma função sagrada, apenas que os deuses neles invocados são de outra natureza e a transcendência almejada mais parece de um tipo mundano: lúdica, narcísica, dionisíaca. Ninguém vai ao estádio para se tornar uma pessoa melhor do que é, tampouco para encontrar-se consigo mesmo ou algo que o valha. Vai-se para encontrar outros torcedores, adentrar uma atmosfera exuberante, experienciar uma transcendência circunstancial, a depender do estádio, do jogo, dos outros torcedores.

Os estádios também podem ser comparados aos teatros, um dos mais tradicionais espaços de espetáculos no Ocidente – aliás, o *stadium* romano é inspirado no anfiteatro -, embora tenham, no presente, constituído identidade própria. Pensando a partir de Zumthor (2000), para quem os teatros produzem a teatralidade, um ambiente propício à performance, à interação entre atores e expectadores, pode-se dizer que também os estádios suscitam uma modalidade de impacto equivalente; um ambiente de ficcionalidade, de colossalidade (para o caso de algumas edificações), de excitabilidade, de transe. Os estádios, insisto, têm esta força performativa, uma espetacularidade própria capaz de suscitar, envolver e transicionar indivíduos em torcedores (DAMO, 2017).

O texto que segue está dividido em quatro partes. Na primeira, trato da diversidade de estádios valendo-me como ponto de partida de um cadastro realizado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Considero essencial em qualquer debate sobre estádios, romper com a ideia de que apenas os edifícios portentosos devam ser abordados pelas ciências sociais, mas sem reduzir o valor delas, uma vez que a colossalidade é um atributo importante na conformação do espetáculo. Na

segunda parte destaco como a história social do futebol brasileiro é permeada pela construção dos estádios, para onde convergem dois movimentos paralelos de expansão do gosto futebolístico, um deles mais restrito aos clubes de elite, que foram os primeiros a constituir um patrimônio material, e outro, com conotação popular, que se desenvolveu em clubes de fábrica ou de bairro, contando com infraestrutura precária, no mais das vezes improvisada. A terceira parte apresenta, em linhas, três das quatro gerações de estádios brasileiros, com destaque para algumas das edificações que marcaram época e prestaram-se como referência, com destaque para a “maracanização” dos grandes empreendimentos, na esteira do estádio brasileiro mais icônico de todos os tempos. A quarta parte trata do que seria a última geração de estádios, cuja atualização ocorreu a partir deste século, sob forte influência do marketing e, portanto, à diferença da geração anterior, impulsionada pelo Estado². Acerca desta última atualização existem diversas teses e dissertações e até um neologismo consolidado: arenização. Um dos objetivos principais do texto, seguindo um viés processual, em certa medida influenciado pela perspectiva eliasiana, seria compreender os estádios como espaços de disputas. Por esta razão me ative especialmente às transições entre uma geração e outra, para com a ajuda da ampla bibliografia, indicar o essencial nessas inflexões. Não poderia ter deixado de ressaltar, como antropólogo, que a bibliografia especializada por vezes tem ignorado a diversidade dos territórios do torcer, fixando-se, e não sem motivos, nos grandes estádios. Em que pese a importância de edificações como São Januário, Pacaembu e Maracanã, para citar três dos que são aqui trazidos como ícones de seu tempo, é preciso trazer par ao debate, inclusive sobre patrimônio, um espectro mais amplo de “territórios do torcer” (HOLANDA e FLORENZANO, 2019).

² O leitor poderá estranhar que os exemplos utilizados no texto provenham do Rio de Janeiro, de São Paulo e Porto Alegre, basicamente. O Rio de Janeiro se justifica tanto pela vanguarda na espetacularização do futebol nas primeiras décadas do Século XX, quanto pela abundante bibliografia disponível sobre os estádios. Os estádios de Porto Alegre servem como uma espécie de contraprova nem sempre explicitada acerca de uma certa lógica nas múltiplas atualizações, uma vez que já trabalhei com esta temática noutras oportunidades (DAMO, 2002; DAMO e OLIVEN, 2014). De São Paulo emprestei o caso da edificação do Pacaembu, seguro do impacto exercido pela obra, assim como são os casos de Laranjeiras, São Januário e Maracanã. Pontualmente faço referências a outros estádios, mas certamente este não é um trabalho definitivo a respeito. A sugestão das “quatro gerações” de estádios é uma tentativa de apresentar um argumento sintético – de que as atualizações constituem um processo, desde sempre identificado como moderno – e com escala nacional, jamais deve servir como parâmetro classificatório para enquadrar outras edificações. Dentre as muitas referências que me foram úteis, além daquelas citadas no corpus do texto, gostaria de destacar (MOURA, 1998; CURI, 2012; CLEMENTE, 2016; HOLLANDA e MEDEIROS, 2019).

1 – Dos futebóis e dos estádios brasileiros

O Cadastro Nacional de Estádios de Futebol, atualizado pela CBF pela última vez em 2016, não é um documento definitivo sobre os estádios, a começar pelo fato de não explicitar como tal inventário foi produzido. A quantidade de 790 edificações é defasada, embora não tenhamos um levantamento concorrente para confrontá-la. O cadastro da CBF contempla estádios com capacidade inferior a 5 mil expectadores, pouco mais da metade da amostragem, e isso já significa um avanço, pois a tendência é pensarmos num conjunto bem mais restrito e seletivo. Os números parecem subestimados pois o Brasil possui mais de 5,5 mil municípios e é improvável que algum deles não disponha de uma praça destinada à prática do futebol, mesmo que modesta, sem contar que cidades mais populosas possuem diversos campos, em certos casos contados às dezenas e até centenas. Poder-se-ia argumentar que muitas dessas instalações são tão precárias que não mereceriam ser chamadas de estádios, no que entraríamos numa seara complexa, que não interessa no momento, pois nos conduziria a um debate conceitual. Se fosse o caso, tenderia a usar uma noção alargada, que permitisse incorporar à amostragem os equipamentos mais simples nos quais tem lugar o futebol de várzea, para assim contemplar a diversidade e a extensão dos futebóis (DAMO, 2018).

Tomando-se, pois, o cadastro da CBF, nota-se que, do total de estádios listados, apenas 24 entre os 790 - 3,04% do total – possuem capacidade para mais de 40 mil espectadores, o “padrão FIFA” usado como referência na Copa de 2014, com exceção da Arena das Dunas. Mesmo considerando estádios com menor capacidade, acima de 20 mil lugares, por exemplo, a porcentagem não chega aos 10% - 7,34%, para ser preciso. São nesses estádios que se concentram os jogos de maior interesse do público e são eles que servem como referência em termos de edificação para os demais, razão pela qual se justifica certo destaque.

Pelo levantamento da CBF, os estádios são classificados em públicos (federais, estaduais e municipais) e particulares. Os públicos constituem, no total, 65,57% das edificações, com predomínio de estádios municipais, a quase totalidade daqueles com capacidade inferior a 5 mil espectadores. Em contrapartida, 272 (34,43%) são listados como particulares, sem discriminação entre os que pertencem a clubes registrados como entidades comerciais sem fins lucrativos, como é o caso da quase totalidade dos clubes que disputam as divisões nacionais – na Série A e B a exceção na temporada

2020 foi o Bragantino.³ Esse dado discreto indica algo importante: que os investimentos privados em futebol no Brasil são menos proeminentes do que sugere a falação do marketing e da mídia esportiva.

Quando se olha para os nomes dos estádios, constata-se que entre os 790 listados quase todos são masculinos, à exceção de 4: 2 mulheres e 2 santas. Nossa Senhora do Ó foi homenageada em Ipojuca, Pernambuco, cujo estádio municipal possui capacidade para menos de 5 mil espectadores, situação próxima ao Alto da Glória – por referência ao bairro Glória e, indiretamente, à paróquia que deu origem ao nome do bairro, Nossa Senhora da Glória -, situado na cidade de Vacaria, no Nordeste do Rio Grande do Sul. Maria de Lourdes Abadia, deputada distrital e federal pelo PSDB por vários mandatos e governadora do Distrito Federal entre 2006 e 2007, dá nome ao estádio de Ceilândia, popularmente conhecido como Abadião, com capacidade para 3 mil pessoas. Já Maria Lamas Farache, mecenas e torcedora símbolo do ABC, foi escolhida para batizar o Frasqueirão, em Natal, com capacidade para aproximadamente 15 mil torcedores.

Salvo as quatro exceções que fiz questão de destacar, quase a totalidade dos demais estádios listados pela CBF fazem menção a homens, afóra aqueles que fazem referência a paisagens – rios, vales, plantas, etc -, a santos - ainda assim, masculinos, excluindo-se os casos supracitados - e há raros ex-atletas renomados – com destaque os para o Rei Pelé, em Maceió, e o Mané Garrincha, Brasília, dois dentre os grandes estádios nacionais. Os demais estádios homenageiam dirigentes esportivos – presidentes dos próprios clubes, quando são estádios particulares - ou políticos convencionais – quando é o caso de estádios públicos. Militares e médicos aparecem com certa frequência, a maioria deles com destacada atuação política, partidária ou esportiva.

Tomando-se, pois, o conjunto das nomeações, fica evidente a hegemonia masculina neste universo (GUEDES, 1997; ARCHETTI, 1998), acompanhada, no espectro da gestão, pela presença ainda notável das elites (GIGLIO, 2018; ROCHA, 2019). Isso confirma que o futebol, em que pese as inserções mais recentes e espraiadas por diferentes funções, possui forte proeminência masculina, a ponto de Bromberger (1995; 1998) tê-lo definido como uma espécie de “cultura masculina planetária”. Apesar da crescente participação das mulheres em vários segmentos dos

³ Uma estimativa a partir dos dados do Rio Grande do Sul, onde 7% dos estádios ditos particulares são vinculados e entidades efetivamente privadas – universidades, empresas, clubes ou pessoas físicas – indica que no espectro nacional possa haver, no máximo, 5% de estádios privados, uma vez que este estado é um dos que concentra a maior proporção de estádios particulares, segundo o registro da CBF.

futebóis, inclusive na versão espetacularizada – como atletas, árbitras, comentaristas, etc – quando se toma por referência uma perspectiva alargada no tempo e no espaço, como aquela que é possível visualizar através dos nomes dos estádios, revela-se por inteiro a estrutura notavelmente masculina, especialmente no que concerne a gestão política das instituições futebolísticas. A gestão do futebol, por tramar visibilidade, dinheiro e poder, talvez seja a zona ainda protegida na qual predominam homens brancos de classes média e alta. A fixação dos próprios nomes em obras, uma demanda narcísica naturalizada no espectro da política, é uma estratégia que se revela por inteiro através dos estádios, que outra coisa não é do que uma forma de fixar a memória na história. Deste ponto de vista, há de ser ressaltada a baixa presença de nomes de atletas e a ausência quase completa de referências a torcedores, ambos recrutados entre os grupos populares. Indiretamente, portanto, o que temos é o culto a uma classe de homens em particular, a quem se reconhece o poder de mando como legítimo, natural e digno de reconhecimento.

O compilado da CBF não traz a data de inauguração dos estádios, mas alguns dados a respeito puderam ser buscados em outras fontes, e agregando-se tais informações pode-se chegar aos períodos de maior ou menor efervescência em termos de edificações. A suspeita, confirmada, é de que durante o período correspondente à Ditadura Militar (1964-1984) houve um movimento intenso de atualização dos estádios. O levantamento não foi tão exaustivo quanto desejável, pois tomou-se como referência os 50 maiores estádios em termos de capacidade de público – o que incluiu todos acima de 20 mil lugares -, ainda ativos no presente, mas não creio que seria muito diferente se a amostragem fosse ampliada. Quando analisados apenas os dados referentes aos estádios públicos, 32 entre os 50 selecionados (64%), os números são ainda mais reveladores: nada menos do que 19 entre os 32 (59,4%) foram inaugurados entre 1964 e 1984. Se tomarmos por década temos: 1940(1), 1950(2), 1960(1), 1970(15), 1980(5), 1990(2), 2000(2) e 2010(4).

O que se pode dizer a respeito desses números é que os investimentos públicos efetivamente tiveram início por volta da década de 1940, no Governo Vargas, mantendo-se num nível estável e relativamente baixo nas décadas subsequentes, em que pese a construção do Maracanã, em 1950, a qual se seguiu uma “onda” de estádios privados.⁴ Na década de 1970 surgiram estádios colossais em todas as regiões brasileiras – nada menos do que 15 entre os 32 edifícios públicos com mais de 50 mil espectadores

⁴ Olímpico (Grêmio), 1954; Morumbi (São Paulo), 1960; Beira-Rio (1969), Arruda, 1972, entre outros, incluindo-se os que passaram por ampliações no período.

pesquisados. O destaque é para as capitais das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Praticamente todos os governos estaduais dessas regiões proveram suas capitais com estádios portentosos e prefeitos de cidades de porte médio encarregando-se da tarefa. A exceção à regra – ou parte dela, ao menos – são os estados da região Sul, onde não existe nenhum estádio para mais de 10 mil lugares de propriedade dos governos estaduais – entre os 20 maiores estádios da região, 14 pertencem a Clubes e 6 a municípios. Nas décadas seguintes o ímpeto arrefeceu, mas ainda foram concluídas 5 edificações nos anos de 1980, quase todas iniciadas na década anterior. Nos anos de 1990 foram construídos apenas 2 estádios e na década subsequente outros 2, comprovando que no período houve uma reconfiguração do mercado futebolístico, fortemente impactado pela concorrência dos jogos televisionados, daqui e da Europa. Em certo sentido, a retomada da participação estatal na década seguinte, no espectro da Copa 2014, foi surpreendente, pois das 12 arenas utilizadas apenas 2 pertenciam a clubes, sendo uma terceira repassada posteriormente. Das demais, 8 foram bancadas por governos estaduais e uma pelo Distrito Federal. O impacto desta “retomada” do protagonismo estatal será discutido oportunamente, mas desde logo deve ser considerado como um dado relevante.

2 - Patrimônio e clubismo

A história dos estádios modernos se confunde com a própria história social do futebol. De qualquer sorte, é importante marcar a diferença, tão precisa quanto possível, entre o que foi a diáspora e a popularização. Se houvesse espaço para comparações com outros esportes esta diferença ficaria mais nítida, pois à diferença do futebol, para a maioria das modalidades a diáspora não implicou em popularização – tênis, golfe, entre outros. A diáspora foi o movimento responsável pela disseminação do futebol a partir da Inglaterra da segunda metade do Século XIX, onde ocorreu a codificação das regras e uma primeira onda de dispersão, das regras do jogo e de certos valores associados a elas. A criação de clubes e associações para a prática e fruição era parte do combo e igualmente importante de ser considerado. Quando esta onda chegou ao Brasil, as elites locais a tomaram como símbolo da modernidade europeia, algo exagerado e um tanto deslocado do contexto inglês, no qual o futebol havia se disseminado rapidamente entre o operariado. Embora a literatura contemporânea seja definitiva ao desconstruir o mito de Charles Müller, indicando que não houve uma bola, um senhor e tampouco um único ponto de difusão do futebol no Brasil (MASCARENHAS, 2014), é incontestável que esta seguiu certas redes de relações e,

no geral, foi das cidades maiores em direção às menores até interiorizar-se completamente.

No mais das vezes, os registros indicam a proeminência das elites neste processo, salvo nos casos em que havia ingleses à frente da instalação de fábricas, ferrovias, companhias elétricas e telégrafos. Neste viés o futebol era ensinado aos nativos sem a pompa que caracterizava os *clubs* mais elitizados. É difícil recuperar detalhes sobre este processo, pois os registros escritos são escassos. Por esta razão é impossível demarcar as fronteiras entre as duas tendências que contribuíram para fixar o futebol no gosto dos brasileiros, mas ousaria afirmar que a popularização teve pouco a ver com os clubes de elite, pois nesses casos preferiu-se o exclusivismo, pelo menos nas primeiras décadas do século XX (LEITE LOPES, 1994, 1998; PEREIRA, 1996, 2000; COUTO, 2003). Na maioria dos casos o futebol tornou-se um incômodo para essas agremiações, uma vez que elas passaram a ser desafiadas em confrontos interclasses – e isto, no Brasil, implicaria confrontos entre raças/etnias – quando a lógica da esportivização nos idos do amadorismo sugeria confrontos intraclasses ou, simplesmente, entre iguais.

Por óbvio, para praticar o futebol é preciso de um espaço físico; e para praticá-lo segundo as regras o espaço deve ser generoso. As classes altas dispunham desses espaços em seus *clubs*, alguns dos quais haviam se tornado espaços de sociabilidade burguesa antes da chegada do futebol. Se não havia espaço, podia-se adquirir uma nova gleba, nos arrabaldes das cidades, não raro contando com mecenas ou com as benesses do poder público, cujos mandatários pertenciam aos mesmos círculos de convivialidade. Aos populares restaram os campos de subúrbio, arregimentados pelas grandes companhias, especialmente aquelas com centenas de trabalhadores que viam as aglomerações em torno da bola como mais benéficas do que as assembleias sindicais ou do passatempo em tabernas e cabarés. Afora isso, havia abundância de terrenos baldios, de propriedade pública e privada, os quais se podia ocupar por algum tempo sem grandes investimentos. Para o proletariado, o futebol não precisava ser praticado à maneira inglesa, razão pela qual improvisavam, mas dentro de certos limites aceitáveis. Improvisação tal qual as peladas, que ainda hoje podem ser arranjadas a qualquer tempo e espaço, sempre foi algo associado aos segmentos infanto-juvenis, para se jogar “às brincas”. Para os homens adultos, trabalhadores honrados, o ideal era jogar “às ganhas”, em campos tão próximos dos oficiais quanto possível. Coretos e pavilhões, destinados ao abrigo da assistência, eram secundários e até dispensáveis, mas o gosto pelo jogo levou à criação de clubes de bairro, com diretoria e tudo, mesmo

que para tanto fosse necessário mobilizar pequenos mecenas, favores de políticos populistas ou organizar mutirões. Dessa mobilização surgiram incontáveis campos de várzea, clubes e ligas de bairro. Parte deles sucumbiu com o profissionalismo, outros acabaram extintos no decurso da urbanização acelerada pela qual passaram as metrópoles brasileiras ao longo do século XX.

Só recentemente passamos a investigar os meandros da popularização, deixando as narrativas jornalísticas e memorialistas – em geral de figuras de proa do clubismo elitizado – falarem de si. Todavia, há lacunas insolúveis na medida em que a memória das classes trabalhadoras é prioritariamente oral e, de outra parte, certas infraestruturas que poderiam servir de suporte se perderam com a reconfiguração acelerada da paisagem urbana. Os clubes e os campos de várzea que sobrevivem nas periferias atestam a força da cultura popular, mas são protótipos, no mais das vezes, de terceira, quarta ou quinta geração de uma infraestrutura que foi forçada para as margens urbanas pela especulação imobiliária. Ainda assim, têm muito a dizer sobre os futebóis das frações populares, como o atestam diversos trabalhos etnográficos e historiográficos (MYSKIW, 2012; SPAGGIARI, 2014; RIBEIRO, 2018).

No decurso da espetacularização e da profissionalização, foi sendo produzida uma cisão cada vez mais acentuada entre o jogar e o torcer. Alguns clubes das elites se profissionalizaram, outros abandonaram o futebol. Os que se profissionalizaram acabaram dragando a adesão das comunidades identificadas com os que pereceram ou permaneceram às margens das ligas principais, incluindo-se neste caso os clubes/times de várzea. Há um movimento centrípeto, de torcedores sendo atraídos para o entorno de alguns clubes mais performáticos, e outro centrífugo, suportado pela ampliação das fronteiras das competições e pelo surgimento das mídias, especialmente a radiodifusão, cuja combinação resultou na conversão de alguns clubes das elites na elite clubística regional e nacional, um número reduzido de agremiações que concentrou a adesão das massas torcedoras – são aproximadamente 20 clubes que desfrutam o pertencimento de mais de 90% dos torcedores (DAMO, 2007, p. 56-67).

Esta brevíssima distinção entre dois circuitos – seria preferível maior diversidade se houvesse espaço - através dos quais o futebol se consolidou nacionalmente é essencial para interpor, à compilação dos estádios realizada pela CBF, um viés sociológico. As divergências entre os estádios não se resumem à tamanho, localização, natureza da propriedade, iluminação artificial e outros aspectos afins. Nenhum clube que hoje integra a elite nacional se constituiu sem acesso privilegiado à infraestrutura, conquanto nem todos tenham investido na constituição de um patrimônio material, assim

como há discrepâncias em relação ao investimento na organização da memória institucional.⁵

Todavia, não resta dúvida que o principal patrimônio dos clubes são seus torcedores, pois é deles que se pode esperar suporte emocional e econômico. São os torcedores fiéis, uma qualidade do pertencimento clubístico, a força motriz da reprodução do clube como instituição. O fato de alguns clubes não disporem, até o presente, de um estádio à altura da grandeza da sua torcida tem a ver com o fato de que, estrategicamente, territorializaram estádios públicos – Pacaembu, Maracanã, Mineirão e Castelão são alguns exemplos, entre outros – e não com o fato de que os estádios sejam irrelevantes. Em contrapartida, muitas agremiações, quando alijadas de seus estádios, por mais modestos que fossem, acabaram perdendo a referência e sucumbindo. A luta e a festa dos torcedores do Náutico para retornar ao Aflitos, depois de terem sido forçados a frequentar a Arena Pernambuco, com a qual não possuíam qualquer identificação, é um exemplo entre outros de quão importante é a questão do território para o torcer⁶.

Quando observada a espetacularização do futebol brasileiro no longo prazo, fica evidente que prosperaram os clubes que conseguiram fazer frente às mudanças no espectro mais amplo das infraestruturas, incluindo-se, entre outros fatores, a ampliação do circuito de competições e a midiaticização. Estar sediado num grande centro urbano pode ter sido uma vantagem territorial importante no ponto de partida, assim como a solidez patrimonial, mas nem todos os clubes conseguiram - ou desejaram - explorar estrategicamente tais predicados - é o caso de Portuguesa-SP, América-MG, América-RJ, Cruzeiro-RS, entre outros. Os que lograram expandir suas influências foram os que melhor articularam o capital afetivo já consolidado – basicamente, a comunidade de sentimento - com o capital econômico – recursos indispensáveis para constituir equipes competitivas – e o capital social – as conquistas propriamente ditas, aquelas que conferem status aos clubes e seus torcedores.

Entre a elite clubística são raros os casos de instituições originadas depois da década de 1930, ainda marcada pelo amadorismo, justamente porque a reprodução no tempo implica na articulação bem-sucedida de um conjunto de capitais. Para formar uma torcida leva-se décadas e gerações, tendo que articular elementos culturais para

⁵ Por ocasião da remodelação das arenas, quase todos os clubes da elite, mesmo os que não tiveram seus estádios diretamente implicados, acorreram à organização de memoriais, da mesma forma que na década de 1990 lançaram-se na abertura de lojas para comercializar produtos associados à marca. Alguns clubes se destacam a este respeito, como é o caso do Grêmio, que inaugurou com a Arena, em 2012, sua terceira geração de memoriais.

⁶ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7981374/>> Acesso em: 10 jan. 2021.

além do esporte. A elite clubística contemporânea, tal qual os primeiros clubes surgidos no Brasil, foram inicialmente clubes de bairro/distrito ou vinculados a comunidades étnicas territorialmente circunscritas, e a razão deles terem durado no tempo se deveu, necessariamente, à ampliação dessas influências, valendo-se, estrategicamente, do acoplamento identitário, como foi o caso de Grêmio e Internacional, que lograram imiscuir-se ao gauchismo.

Já descrevi em outro momento o que se passou com a dupla Grenal, cujo pertencimento clubístico é fortemente identificado com o gauchismo, seja ele localizado nas fronteiras do Rio Grande do Sul ou fora dele, neste caso mais adensado nas regiões Oeste de Santa Catarina e Paraná e nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (DAMO, 2002; DAMO e FERREIRA, 2012). O processo diaspórico desses sul-riograndenses, quase sempre descendentes de imigrantes italianos e alemães, nada teve a ver com o futebol, mas foi tramado ao clubismo do ponto de vista identitário, tendo o gremismo e o coloradismo a força equivalente à música gauchesca, ao churrasco e ao chimarrão. Desde a fundação, no entanto, e ao menos até a década de 1940, o Grêmio fora identificado como um clube do Primeiro Distrito de Porto Alegre, e o Inter do Segundo. Boa parte das marcações de classe que os acompanham, até hoje, o imaginário dos torcedores, associando o Grêmio às elites e o Inter às classes populares, provêm desse período em que os clubes eram tidos como extensão das diferentes composições econômicas, sociais e raciais dos territórios urbanos nos quais estavam sediados.

O Grêmio dificilmente teria se tornado um clube popular, com aproximadamente 7 milhões de torcedores no presente, se não houvesse se desvinculado dessas origens, tendo, para tanto, mudado de sede, de um bairro nobre para um proletário, e acabado com a restrição à presença de atletas negros, ambos no início dos anos de 1950. Em sentido contrário, o Inter, que havia se nascido numa região menos valorizada pelo mercado imobiliário, consolidou-se a partir da construção de um patrimônio material, para o qual foi decisiva a contribuição de mecenas e políticos influentes. Todavia, foram as rádios da capital, com ampla audiência no interior, os mais influentes veículos da grenalização do Rio Grande Sul, um processo que impactou regiões de ocupação mais recentes, como as colônias alemã e italiana, e até cidades importantes da metade Sul, como Pelotas, Rio Grande, Bagé e Santana do Livramento, onde o futebol havia se consolidado antes que na capital (MASCARENHAS, 2014; LIMA, 2014). Quando, no início dos anos de 1970, o campeonato nacional passou a ser disputado de forma sistemática, com ocupação de parte expressiva do calendário anual dos clubes, apenas

Grêmio e Inter se mostraram em condições de fazer frente às demandas econômicas implicadas nesses deslocamentos dispendiosos e na formação de plantéis que lhes permitissem rivalizar com equipes do eixo Rio-São Paulo, o centro futebolístico nacional.

Como nem todos os clubes da elite nacional possuem estádios próprios e, em contrapartida, clubes com estádio próprio acabaram perecendo, fica claro que patrimônio material não é boa régua para se medir a extensão da comunidade afetiva e tampouco os capitais simbólicos que mais importam a ela, que são os títulos de status amealhados em competições contra seus pares. Todavia, e isso é importante para o que segue, os que não dispunham de “casa própria” acabaram, como dito anteriormente, territorializando estádios públicos, o que torna indiscutível a importância destes tanto do ponto de vista funcional – como infraestrutura para a realização dos jogos e a possibilidade de cobrar ingressos – quanto imaginário, sendo este último responsável por dotar os espaços físicos de elementos simbólicos, implicados com a suposição de um domínio quase mágico do território.

Por fim, é preciso destacar que tanto a difusão quanto a popularização do futebol deram-se às margens do Estado. Foi por intermédio dos clubes, esta típica invenção da burguesia inglesa destinada à sociabilidade pública, que se difundiu uma versão mais aristocrática da prática do futebol, enquanto outra, com viés mais popular, seria difundida através de fábricas ou à revelia de qualquer instituição. Em linhas gerais, portanto, o Estado permaneceu relativamente afastado do movimento esportivo, o que não significa que políticos e militares não frequentassem os clubes ou que não fossem demandados para ceder terrenos e maquinário para viabilizar os campos. Em todo o caso, os esportes só se tornariam objeto de intervenções estatais nas décadas de 1930 e subsequentes (COUTO, 2014), e isso não foi apenas no Brasil, pois mesmo na Europa este é um movimento que corresponde ao recrudescimento do nacionalismo entre as duas grandes guerras (VASSORT, 1999).

3 – Olhar em diacronia

É recorrente em publicações destinadas a um público amplo a sugestão de um nexos forte entre os estádios modernos e a antiguidade, especialmente à Grécia, onde surgiu o termo *stadium*, e sobretudo à Roma, onde os teatros viraram anfiteatros, a base da ideia do Coliseu (colossal). Todavia, a colossalidade não acompanhou as edificações desde os primórdios na modernidade, e o mesmo aplica-se ao Brasil (GAFFNEY, 2008). Como já destacado noutro momento, apenas uma minoria dos estádios brasileiros

possui esta característica e veremos na sequência como ela foi gradativamente constituída, de forma mais incisiva quando o Estado interveio no processo. Independe de serem colossais, todos os estádios são perpassados pela lógica da inclusão/exclusão, razão pela qual passa a ser essencial perguntar pelas regras de direito que operam na fronteira deste binômio, podendo-se indagar qualquer edifício, independente de tamanho ou época da edificação. Até porque a concepção de território é amplamente disseminada (MASCARENHAS, 2013), pode-se perscrutar os princípios de segmentação, distinção e gestão das emoções do público, e com isso declinar certos princípios cosmológicos mais abstratos que notabilizam épocas e influências.

De um modo geral, os estádios são espaços embebidos numa concepção liberal de sociedade, quiçá em razão das suas origens modernas, afinal em geral não há outras restrições de acesso senão aquelas de ordem monetária, muito embora possa haver – e sempre há – constrangimentos tais como: restrição da mobilidade (afasta cadeirantes e idosos), escassez e má conservação de toaletes (afeta mais a presença de mulheres), manifestais discriminatórias de racismo e homofobia, etc. Foi manipulando estrategicamente o direito de acesso mediante contraprestação monetária que boa parte dos clubes logrou, ao longo de décadas, amealhar recursos para financiar o time de futebol que o representava.⁷ Já os políticos, têm participação destacada na construção de estádios colossais a partir dos quais imaginavam satisfazer o desejo das massas desprovidas ou mal providas de dinheiro, estendendo-lhes o direito ao espetáculo. Reduzir esta equação à troca de votos seria um equívoco, pois embora o clientelismo não seja de todo ausente nesta estratégia, subjazem a ela as práticas dádivas que instituem o mecenato, uma seara bem mais complexa e artilosa que deveria ser investigada nos moldes de Veyne (1976), para o caso do “mecenato” na Roma Antiga.

Seja como for, os estádios implicam algo mais do que regular os acessos; é preciso gerir o público, tarefa tanto mais complexa quanto maior ele for (MASCARENHAS e GAFFNEY, 2005). A gestão dos torcedores assemelha-se ao controle de um território, com o detalhe de estar propenso a conflagrações permanentes dada a natureza mesma do espetáculo futebolístico, assentado numa estrutura disjuntiva que prevê como fim último a separação entre vencedores e vencidos.

⁷ Ainda é prática corrente, sobretudo nas rádios e jornais, anunciar o borderô dos jogos, composto, basicamente, de público e renda, embora o montante desta rubrica tenha perdido importância a partir da década de 1980, aproximadamente, e na atualidade gire em torno de 15% do total das receitas dos principais clubes brasileiros. Segundo o relatório Análise Econômico-Financeira dos Clubes Brasileiros de Futebol, patrocinado pelo Banco Itaú, na última década este percentual variou entre 14% e 18% da composição total das receitas dos clubes, incluindo-se tanto a bilheteria quando os programas sócio-torcedor.

Podemos avançar um pouco mais nesta questão com um olhar em diacronia, identificado alguns modelos de estádios e de como eles modularam a concepção do espaço, o direito de acesso e a gestão das emoções.

No Brasil, os primeiros espaços destinados aos jogos com público foram descritos como *grounds* – e não como *stadium*. Um *ground* era mais que um *field* – o campo, literalmente -, por envolver o conjunto de edificações: o terreno de jogo, um gradil mais tarde transformado em alambrado, as arquibancadas junto às quais ficava o pavilhão, um edifício coberto destinado às celebridades. A simples existência do gradil ou alambrado é, ainda hoje, um marcador importante no espectro dos futebóis, por se tratar de um primeiro indicativo de segmentação entre o jogar e o torcer e, portanto, um índice, ainda que precário, de espetacularização.⁸

Atendo-se aos *grounds*, a primeira geração de estádios brasileiros, como o Estádio da Rua Payssandu, Figura 1, edificadas nas primeiras décadas do século XX, destacam-se dois dispositivos importantes destinados ao disciplinamento do público: a cerca ou tapume que controlava o acesso do público – criando, desde então, uma distinção entre incluídos e excluídos, além da cobrança de ingressos – e um gradil, a separar o campo das arquibancadas. Outro item importante, associado ao conforto e usado para demarcar status, eram os pavilhões destinados à fração mais elitizada do público: políticos, empresários e celebridades em geral, com suas respectivas famílias, à exceção das crianças, que são raras em fotografias antigas de estádios. Os pavilhões sociais, como eram conhecidos, existiam em quase todos os *grounds* de clubes de elite e seguiam, do ponto de vista arquitetônico, modelos muito parecidos, uma vez que eram replicados dos hipódromos. De um ponto de vista estrutural, esses pavilhões seriam os espaços equivalentes às tribunas de honra e aos camarotes das arenas contemporâneas, razão pela qual se pode afirmar, com provas, que a arenização implica na elitização e num flerte com o passado.

⁸ As peladas, esses jogos improvisados ou, quando organizados, circunscritos ao espectro das performances face-a-face, se caracterizam pela ausência de espectadores e, por isso mesmo, podem ser realizadas em qualquer parte. Porém, quando se passa ao circuito do futebol de várzea, nota-se a diferenciação. Com ela deve-se considerar igualmente uma mudança de status, pois quem joga está realizando uma performance supostamente digna de apreciação e, não raro, representando algo ou alguém, mesmo que seja uma comunidade de bairro. Esta distinção, entre pelada e várzea, continua sendo importante, pois performa o status de quem joga, pela diferença em relação a quem assiste – e aqui são frequentes os marcadores de gênero e de geração – e também de quem não é recrutado para tais jogos, tendo que se contentar com a prática sem assistência. É notável como esses marcadores – e temos que lembrar aqui da quantidade de estádios de baixa capacidade de público, já referida no início do texto – importam ao universo masculino, por colocar em relevo aqueles que supostamente encontram-se na plenitude da vida (DAMO, 2018a).

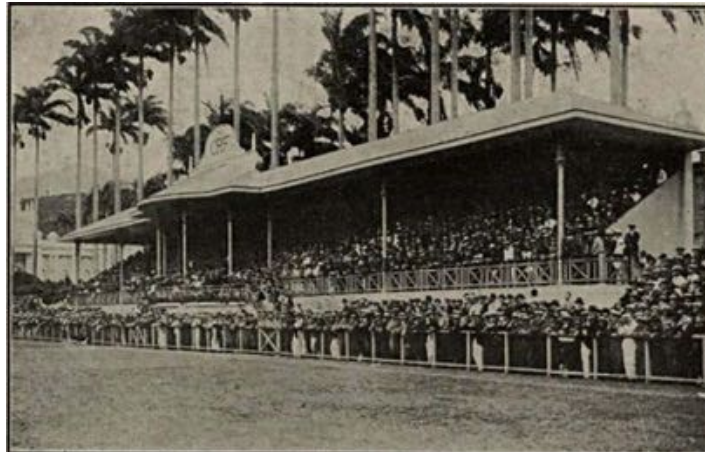


Figura 1 - Estádio da Rua Payssandu, Rio de Janeiro, utilizado pelo Flamengo a partir de 1918, s/d. Foto: anônimo⁹

Não se pretende aqui traçar uma linha contínua em relação à transformação dos estádios, mesmo porque não haveria espaço e a própria ideia de continuidade é desconforme a um universo tão extenso e diversificado. É possível, no entanto, apontar alguns pontos de inflexão importantes, destacando edificações que marcaram época pelo seu impacto inovador. É o caso do Estádio Manoel Schwartz, Figura 2, inaugurado pelo Fluminense em 1919, no bairro de Laranjeiras, posicionado na vanguarda da segunda geração. Estádio particular, com capacidade para 18 mil espectadores, à época o maior Brasil, foi palco do 3º Campeonato Sul-Americano de seleções, quando os brasileiros foram representados por jogadores brancos, à exceção de Friedenreich (Pereira, 2000). Note-se, em alguns detalhes, a ainda tênue separação entre os atletas e o público, com a incorporação do antigo pavilhão às arquibancadas, estas últimas circundando completamente o *field*, numa nítida demonstração de consolidação do gosto pelo espetáculo. Outro detalhe, quase imperceptível, é a sombra projetada pelas tribunas, indicando uma tendência generalizada e atemporal, pois notada desde os mais modestos estádios municipais até às arenas contemporâneas, de posicionar as frações mais elitizadas a favor do sol, de modo que além de protegidas das intempéries não tenham a visão ofuscadas.

⁹ O Estádio da Rua Payssandu, passou a ser utilizado pelo Flamengo depois que o Payssandu abandonou a prática do futebol, assim como outros clubes elitizados o fizeram a partir do aumento da competitividade e da integração das classes populares.

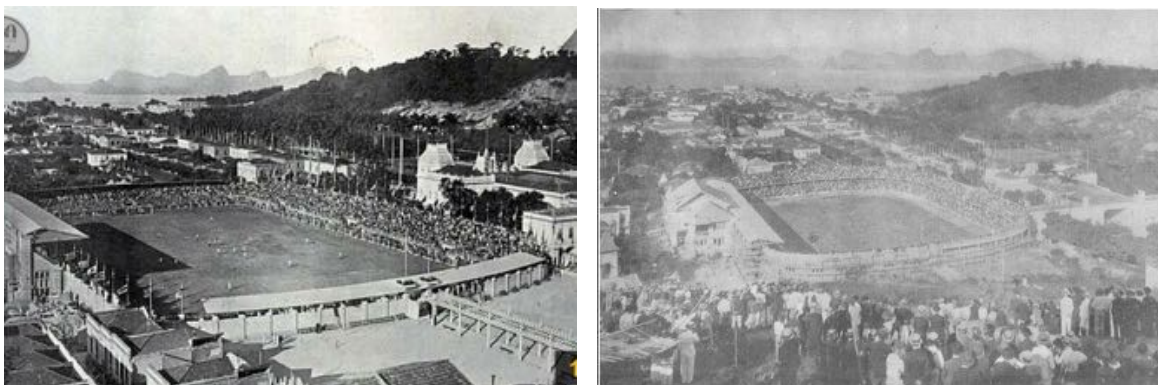


Figura 2 e 3 – A esquerda, Estádio Manoel Schwartz, Rio De janeiro, conhecido como Estádio de Laranjeiras, 1919. Foto: anônimo¹⁰. A direita Estádio de Laranjeiras, 1922. Autor: anônimo¹¹.

A Figura 2 (imagem da direita), tomada de um ângulo mais afastado, mostra outros aspectos importantes do mesmo estádio, já acrescido por um segundo lance de arquibancadas. A destacar, na parte baixa da imagem, a presença de público acompanhando o espetáculo do alto de uma colina. Abundam relatos discretos atestando ser essa uma cena constante nos estádios da época, com populares empoleirados em árvores, telhados ou colinas, a indicar a popularidade crescente do jogo e a demanda pela expansão das edificações, além da exclusão como um fenômeno presente desde as origens do nosso futebol.

Já no final da década de 1920 seria inaugurado o Estádio de São Januário, pelo Vasco da Gama, Figura 3, num contexto de disputas acirradas entre o amadorismo decadente e o emergente profissionalismo, cujos desdobramentos implicaram na inserção dos jogadores negros nos clubes das elites. A história de São Januário é uma das mais bem documentadas pela historiografia, na medida que envolveu uma espécie de convergência entre a pujança de um clube que, mesmo não sendo tão elitizado, possuía entre seus quadros diretivos pessoas influentes, e a emergente oferta de pés-de-obra oriundos das classes trabalhadores, incluindo-se negros que até então jogavam em clubes e ligas de menor prestígio (SANTOS, 2010).

¹⁰ Disponível em: <<https://www.meiahora.com.br/esportes/fluminense/2019/05/5640924-veja-fatos-e-fotos-historicas-de-laranjeiras--estadio-do-fluminense-completa-100-anos.html#foto=1>> . Acesso em 12 jan. 2021.

¹¹ Disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/rio-antigo-estadio-das-laranjeiras-de-pe-desde-1919>> Acesso em 10 jan. 2021.



Figura 4 – Estádio de São Januário, do Vasco da Gama, inaugurado em 1927, s/d.
Autor: anônimo¹²

A se destacar, no estádio de São Januário, Figura 4, o maior das Américas à época da sua inauguração, é o formato de ferradura, uma reminiscência dos hipódromos, e as arquibancadas ao estilo tobogã, em lance único, à maneira dos estádios ingleses associados a clubes proletários, um modelo que seria seguido também pelo Pacaembu, este último inaugurado no início da década de 1940, pela prefeitura de São Paulo, Figura 5. Um outro aspecto que a imagem de São Januário revela é o entorno, uma área de subúrbio, afastada de sobrados e palmeiras imperiais, condizente com uma agremiação com forte inserção popular, a qual foi mobilizada e colaborou decisivamente para levantar o São Januário em tempo recorde. Assim, o Vasco pode voltar a disputar às disputas com a elite carioca – o Vasco havia sido aliado sob o pretexto de que não possuía estádio, mas a razão efetiva era a proeminência de atletas negros na equipe. Por fim, note-se as piscinas em construção, na parte inferior esquerda da imagem, indicando a composição híbrida do clube vascaíno, ao mesmo tempo popular e com inserção em todas as hierarquias da comunidade luso-brasileira do Rio de Janeiro.

O Pacaembu, como se pode observar pela Figura 4, agregou a pista atlética e a concha acústica, por conta disso já poderia ser tomado como um novo paradigma de edificações, mas ainda no espectro da segunda geração. Diferentemente de Laranjeiras e São Januário, que reproduzem o modelo de arena, com as arquibancadas rente ao campo, o Pacaembu é poliesportivo, por incorporar o atletismo. Embora construído pela municipalidade da cidade que havia se transformado no dínamo econômico do país, rivalizando em termos de influência com a capital federal, o Pacaembu ilustra um novo

¹² Disponível em: <<https://www.goal.com/br/not%C3%ADcias/sao-januario-90-anos-confira-5-curiosidades-da-tradicional/16n3ou69og7r612uuzwxtplejg>> Acesso em: 12 jan. 2021.

entendimento que o Estado passa a ter dos esportes no curso do Governo Vargas, especialmente a partir do Estado Novo (COUTO, 2014; BOCHI, 2016).

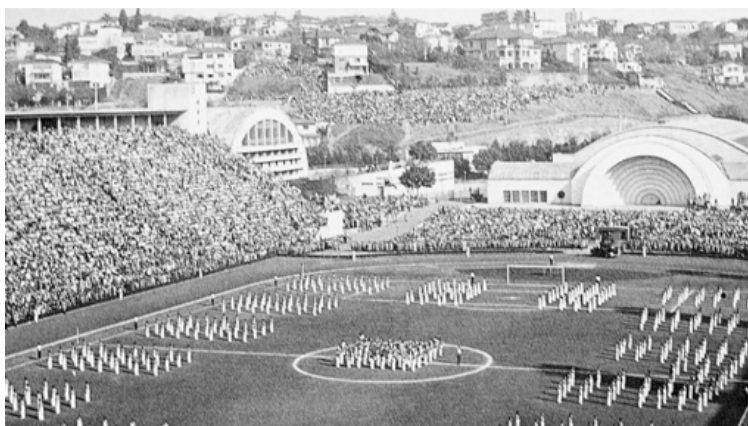


Figura 5 – Estádio do Pacaembu, no dia da inauguração, com a presença do Presidente Getúlio Vargas, 1940. Autor: anônimo¹³

Em 1940 ainda estávamos distantes de um campeonato nacional de clubes, à maneira do que seria incrementado em 1971, com o suporte da Ditadura Militar, tendo entre seus objetivos a integração nacional, ou mesmo da conquista da primeira Copa do Mundo, em 1958. No entanto, a seleção que participara da Copa de 1938, na França, havia surpreendido a mídia europeia e, nacionalmente, havia causado comoção. Com negros e mulatos integrados à equipe – com destaque para Domingos da Guia e Leônidas da Silva – a performance chegou ao conhecimento de Gilberto Freyre, que lhe dedicou um texto fazendo apologia ao mulatismo (VELHO, 2004). Como já o disseram Hobsbawm (1994) e Sevckenko (1992), mesmo que tratando de contextos distintos, das regiões industriais do Norte da Inglaterra e da metrópole paulistana, respectivamente, nenhum outro esporte ou evento social, teve a capacidade de aglutinar multidões e constituir novas identidades como o futebol. A maioria das pessoas que migravam do interior para as metrópoles – e não era apenas o caso de São Paulo, evidentemente – ainda mantinham laços fortes com o passado, mas encantava-os a luz elétrica, os bondes, as ruas apinhadas dos centros comerciais e, por óbvio, a frequência aos estádios, uma espécie de apoteose do novo estilo de vida urbano: ruidoso, multifacetado e efervescente. Quanto mais colossais fossem os edifícios, mais atrativos às massas, razão pela qual não seria de se esperar senão que o futebol fosse capturado pela política e pelo Estado.

Impressiona, no caso do Pacaembu, a concepção multiuso – futebol ao centro, pista atlética no entorno e concha acústica nos fundos (substituída em reformas

¹³ Disponível em: <<https://alabrado.net/75-anos-do-imortal-pacaembu/>> Acesso em 12 jan. 2021.

posteriores), ela própria comportando diferentes eventos: artísticos, políticos (como sugere a imagem) e religiosos -, algo que seria propagado pelo marketing das novas arenas como inovador, equivocadamente. Também chama atenção o lance único de arquibancadas, no estilo de São Januário, que denota ao menos dois elementos importantes. O primeiro é a escassa preocupação com segurança; um verdadeiro fetiche do “padrão FIFA”. O único anel de arquibancadas, no clássico estilo tobogã, não previa a segmentação do público, que permanecia separado do campo por um simples alambrado. O segundo elemento importante a ser destacado é a cosmopolítica presumida pela indistinção do público: a ideia de massa. À diferença dos primeiros estádios, que estavam preocupados com a seletividade da assistência e mesmo com a discriminação dela de forma a respeitar os padrões de distinção e status extracampo, estádios ao estilo do Pacaembu massificavam a assistência, no melhor estilo “juntos e misturados”. Por esta razão, sobretudo, é que se deve destacar a presença do Estado, de viés totalizante ou, preferindo-se, totalitário, desde sempre preocupado em constituir o povo como uma unidade. Note-se, de passagem, como esta preocupação está ausente nas arenas “padrão FIFA”, cuja cosmopolítica traduz um ideal mercadológico e, como tal, busca adequar os estádios às diferentes faixas de consumo, em termos de gosto e de possibilidades monetárias.

O Maracanã é o marco da terceira geração, um projeto impactante pela grandiosidade e ousadia, materializando as concepções de gigantismo, multiplicidade e integração que povoam o imaginário nacional (HOLANDA, 2014; SANTOS, 2016; MELO e CID, 2019). O Maracanã é um ponto de inflexão importante porque demarca a presença ostensiva do Estado como agente esportivo, tanto no financiamento de estádios quanto no disciplinamento da população futebolística. O Maracanã foi um projeto utópico e como tal permeado de ilusões, mas independente disso influenciou quase todos os estádios que seriam construídos nas três décadas seguintes.

Em primeiro lugar, a colossalidade. Desde a construção de Laranjeiras, cujo segundo lance de arquibancadas foi implementado depois da inauguração, vivia-se uma espécie de dilema: embora o tamanho dos estádios fosse aumentando – com ou sem puxadinhos – a demanda por acesso não era suprida. As cidades cresciam em ritmo frenético e também aumentava a massa assalariada, ávida pelo consumo do futebol, uma espécie de circo repaginado. Os clubes populares, de bairro ou de fábrica, colapsavam com o avanço do profissionalismo, e seus seguidores agrupavam-se, então, em torno de um número cada vez mais restrito de clubes que outrora eram da

elite. O Maracanã, com seus inacreditáveis 120 mil lugares, era uma tentativa de dar um basta na escassez de lugares, como se estivesse dizendo: agora cabe todo mundo!

O Maracanã tinha três anéis, Figura 6, com tribunas e camarotes, o que supõe que todas as frações de classe poderiam estar nele representadas, incluindo-se as classes de menor poder aquisitivo para as quais havia sido destinado um anel inteiro, o inferior, mais tarde denominado de Geral. Como o Maracanã era uma espécie de “estádio nacional” (LEITE LOPES, 1998), pode-se dizer que toda a nação estava ali representada – a nação masculina, especialmente – e isto dava ao eloquente edifício um encanto peculiar.



Figura 6 – Maracanã, com seus três anéis apoteóticos (o intermediário, parcialmente encoberto), 1985. Autor: Anibal Philot, O Globo¹⁴

Todavia, o Maracanã não é um estádio do tipo “juntos e misturados”, ao estilo tobogã, como São Januário e Pacaembu. Sua cosmologia traduz melhor um ideal de sociedade de classes burguesa: “juntos e de bem com a vida, mas não misturados”. O colossal edifício segmentava o público, ordenando-o a partir da distância em relação ao campo, dentro do clássico esquema centro/periferia e alto/baixo - o centro sendo sempre o ponto de referência, o de melhor visibilidade e, portanto, destinado aos agentes de maior status.¹⁵ Afora este “detalhe”, nenhuma outra edificação havia sido até então tão generosa com o lumpemproletariado, pois embora a Geral deixasse os torcedores em pé e expostos às intempéries, dava-lhes a oportunidade não só de estar dentro do

¹⁴ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/historias-do-velho-mario-filho-9717899>> Acesso em 12 jan. 2021.

¹⁵ O Maracanã reserva um espaço privilegiado às cabines de imprensa – rádios e jornais – indicando a importância dessas na produção de narrativas que recriam o espetáculo, promovendo-o e irradiando-o. Trata-se de uma parceria da qual todas as partes se beneficiaram, o que não aconteceu nos primeiros anos de transmissões televisivas, que passaram a concorrer com os espetáculos *in loco*. Com o tempo esta equação seria equilibrada e acabaria por favorecer a elite clubística, mas não os clubes menores, que são maioria. O que houve, com o televisionamento e agora com o streaming, foi uma enorme concentração de renda, embora o cenário seja de disputa entre os próprios clubes.

estádio – coisa que as primeiras arenas, de propriedade privada, não permitiam – como estar próximos ao campo, quase ao alcance dos jogadores.

Decerto aos arquitetos do Maracanã não passou despercebida a inclusão da nova classe de frequentadores. As classes populares, seja no espectro do esporte ou em qualquer outro, são seguidamente objeto de preocupação e culpabilização, sendo removidas dos centros às periferias, sob o pretexto de revitalização de áreas degradadas e coisas do gênero. A verdade é que são tidas como classes perigosas, e sob este aspecto o Maracanã é um edifício exemplar, como se houvesse sido concebido por Pereira Passos, o célebre prefeito do Rio de Janeiro que se notabilizou por reformas radicais no início do século. Posicionados na parte inferior do Estádio, os torcedores da geral não ofereciam riscos às classes médias e altas, posicionadas nos anéis superiores. O problema era estarem tão próximos do campo. Como para tudo há solução, cavou-se uma trincheira colossal, conhecida como fosso, separando o campo da Geral e tudo leva a crer que o Maracanã tenha sido o primeiro estádio brasileiro a contar com este dispositivo, embora não seja o primeiro em escala internacional.



Figura 7 – A Geral e o fosso do Maracanã, s/d. Autor: Anônimo¹⁶

Embora nenhum outro projeto tenha tentado superá-lo em termos de grandiloquência, quase todos o seguiram em alguns itens importantes, dentre os quais destaca-se a segmentação do público, a Geral e o fosso¹⁷. A partir da década de 1970 o fosso, dispositivo disciplinar por excelência, passaria a ser um item obrigatório nos estádios. O Internacional, quando inaugurou o Beira-Rio, em 1969, a terceira geração de seus estádios, seguiu o modelo do Maracanã, com fosso e Geral. Mais modesta do

¹⁶ Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/455145106073856248/>> Acesso em 10 jan. 2021.

¹⁷ O Estádio Olímpico, pertencente ao Grêmio Football Porto Alegrense, inaugurado em 1954 sem que o projeto original estivesse concluído, o que só ocorreria em 1978, não tinha previsão de um fosso. Ele foi anexado em 1974, em substituição aos alambrados que serviram de suporte até então. Há vários casos de morte de torcedores pela queda nos fossos. O Grêmio, inclusive, foi judicialmente responsabilizado pela morte de um torcedor em 2007.

que a do Maracanã, o setor de arquibancadas que circundava o campo ficou conhecido como “coreia” – as lendas urbanas dão conta que o rótulo seria uma alusão à Guerra das Coreias (1950-53), em função das brigas fratricidas constantes desde a época da inauguração. A “coreia” acabou interdita em 2004, quando da implementação do “Estatuto do Torcedor” (2012), e desapareceu com a arenização do Beira-Rio, concluída em 2014. O acesso à “coreia” era a preços módicos ao ponto de muitos torcedores mobilizarem-no por meio de dádivas de outros colorados, o “troco” dos ingressos às arquibancadas superiores (TEMPASS, 2003).



Figura 8 – Estádio Beira-Rio, Porto Alegre, exemplo de “maracanização”, 1969 Autor: anônimo¹⁸

Pelos dados apresentados anteriormente, ficou evidente que durante o período da Ditadura Militar, especialmente no decurso da década de 1970, houve um notável impulso do poder público na edificação de grandes estádios. Com exceção dos estados da região Norte, que se explica em boa medida pela baixa densidade populacional, os demais construíram seus estádios portentosos nas capitais e os prefeitos o fizeram em outras cidades onde não havia clubes interessados em provê-las. Os dados apontam para um arrefecimento deste movimento nas décadas seguintes, de 1980 e 1990, em parte devido às dificuldades que sobrevieram ao milagre econômico, em parte devido à própria crise do futebol de elite, fartamente documentada pela literatura especializada (CRUZ, 2010). A exportação de pé-de-obra impactou a qualidade dos espetáculos, além da má gestão das competições e a concorrência da televisão fez o público dos estádios declinar drasticamente (HELAL, 1997). Tentou-se mudar a legislação esportiva – Leis Zico 1993 e Lei Pelé 1996 – para introduzir um modelo de gestão profissional, mas foi a Rede Globo, principal cliente dos clubes de elite que forçou as mudanças mais significativas, fazendo com que a CBF passasse a organizar um certame nacional

¹⁸ Disponível em: <<https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-801473663-carto-postal-do-estadio-beira-rio-em-1969- JM.>> Acesso em: 14 jan. 2021.

ocupando a maior parte do calendário anual, com campeonatos de pontos corridos e respeitando os critérios técnicos na definição de ascensos e descensos. Com a comercialização dos jogos em canais por assinatura e, posteriormente, por *streaming*, os estádios colossais entraram na fase mais aguda de obsolescência. Tanto mais que problemas de segurança, fruto da má conservação, inviabilizaram até a reforma de alguns deles – Fonte Nova e Olímpico, por exemplo. Independente da realização da Copa de 2014 no Brasil, que forçou a reforma e construção de novas arenas em tempo recorde, era de se esperar que houvesse um movimento nesta direção, como atesta a iniciativa do Atlético Paranaense que ainda no final da década de 1990 construiu a sua arena seguindo padrões muito próximos àqueles exigidos pela FIFA (DRULA, 2015). O Próprio Maracanã, que havia passado por reformas em duas ocasiões na primeira década de 2000, comprometendo parte da paisagem interna original, acabou remodelado completamente, e deixando de ser a referência que fora nas décadas anteriores. O Estado brasileiro, atuou de maneira ambivalente em relação a arenização, como se verá em seguida, pois embora tenha financiado as reformas e construções, não interveio nem abriu espaços para debates, razão pela qual preponderou uma lógica de mercado. Dificilmente alguém haveria de reivindicar a patrimonialização do fosso, mas a exclusão da Geral haverá de ser lastimada eternamente.

4 – Arenização e mercadorização

O processo de arenização dos grandes estádios brasileiros, iniciado lentamente no final dos anos de 1990, e intensificado a partir dos anos 2010, quando tomaram vulto as reformas e construções visando a Copa de 2014, geraram impactos notáveis na relação dos torcedores com os estádios e reverberaram para além dele. Há diversos trabalhos, incluindo-se teses e dissertações, tratado deste assunto e seria impossível tratar aqui de todas as nuances. Tentarei ser sucinto, apontando algumas linhas por onde fluiu o debate e os pontos de estrangulamento, que contribuíram para que as novas arenas estivessem no epicentro das Jornadas de Junho (DAMO, 2020).

Durante duas décadas, aproximadamente, a mídia especializada denunciou a obsolescência dos estádios, desde os vestiários, que são as partes menos expostas ao público, até a acessibilidade, que é condição para a afluência dos torcedores, passando pela má qualidade dos gramados, da iluminação, dos sanitários, das arquibancadas, da segurança, dos preços dos ingressos, entre outros. O horizonte comparativo eram as arenas europeias, que passaram por atualização a partir da década de 1980, depois de sucessivas tragédias que evidenciaram problemas crônicos de segurança e,

simultaneamente, serviram de pretexto para repaginar os edifícios e o público, alterando o perfil de classe e de comportamento (GIULIANOTTI, 2005; KENNEDY e KENNEDY, 2012; LLOPIS-GOIG, 2012).

A reconfiguração dos estádios e do público era parte de um conjunto mais amplo de mudanças visando o reposicionando do futebol europeu, em particular algumas de suas competições mais atraentes – Champions League, Eurocopa e os cinco principais certames nacionais: inglês, italianos, alemão, espanhol e francês. Por reposicionamento, entenda-se, basicamente, uma atenção maior aos agenciamentos mercadológicos, implicando, entre outras coisas, pensar o futebol como uma mercadoria e os torcedores como consumidores (GIULLIANOTTI, 2005). Como parte dessas reformas visava a expansão do consumo, através de imagens televisivas, o mais promissor dos produtos a serem comercializados, os estádios passariam a ser pensados a partir de uma dupla funcionalidade: como um espaço de produção do espetáculo, um equivalente aos sets de filmagens, e de outro como um local de consumo, não apenas do jogo, em si, mas de uma experiência esteticamente diferenciada. Com o faturamento dos clubes em alta devido à primeira funcionalidade, estes poderiam repensar a segunda e o fizeram eliminando espaços e segmentos de públicos tidos como indesejáveis, não sem contar com a resistência dos torcedores mais assíduos e menos endinheirados.

Essas ideias foram, em parte, influenciadas pelo modelo estadunidense que há mais tempo posicionara os seus esportes – em especial o basquete, o beisebol e o “futebol americano” – no regime das mercadorias. Muitos dos novos gestores esportivos, um tipo de profissional até então desconhecido no meio, haviam feito suas formações em universidades estadunidenses e outros apreendido em cursos de gestão e marketing a olhar para o futebol como um bem simbólico a ser explorado: espetáculo, celebração, experiência, emoção, identidade, lembrança, status. Descobriram um leque extenso e diversificado de bens que excediam os itens de consumo já associados ao futebol por uma indústria de primeira geração – chuteiras, camisetas, *posters* e *suvenirs* em geral – e outros que são usuais em eventos desse tipo tais como: alimentação, bebida, estacionamento, etc (REALE, 2016; OLIVEIRA, 2017).

O Brasil não exerceu a este respeito um papel de vanguarda, pois seu lugar preferencial no mercado globalizado do futebol ficou restrito à formação de atletas, uma espécie de commodities indispensável à produção dos espetáculos (DAMO, 2007). Para piorar, no decurso dos anos de 1990, o Brasil foi invadido por mercadorias produzidas na Europa, desde a transmissão de campeonatos nacionais até a venda de camisetas

contrabandeadas. Já nesse período a mídia especializada demandava mudanças na gestão dos clubes e federações, sendo o processo lento, porém gradual, tendo como um marco a criação do Clube dos Treze, em meado dos anos de 1980 (PRONI, 1998).

Primeiro vieram profissionais com formação genérica e experiência em outros segmentos de mercado, até o surgimento de uma espécie de segunda geração, que assim como a primeira era formada em cursos de gestão e marketing – ou equivalentes – mas já trazia, na bagagem universitária, alguma especialização - disciplinas, cursos de curta duração, leituras, estágios – alguns tendo realizado monografia – TCCs, especializações, mestrados profissionais - tratando de *cases* pontuais, quase sempre tomando o que seria uma experiência bem-sucedida nos USA ou na Europa e confrontado com o “atraso brasileiro”¹⁹. Só no início da década de 2010, e já no turbilhão dos megaeventos, é que a Fundação Getúlio Vargas, conhecida pela oferta de formação neste campo, passou a oferecer cursos específicos, com parcerias internacionais tais como a FIFA e o International Center for Sports Studies, embora muitos dos gestores que estão à testa do mercado atualmente tenham realizado seus MBAs no exterior.

Não há espaço para avançar com detalhes sobre os agenciamentos mercadológicos (CALLON, 2013, 2014), apenas a se destacar que a produção discursiva é parte dela e impregnou a mídia especializada, responsável pela formação da opinião pública de um segmento importante de cidadãos que acompanham cotidianamente o andamento das competições. O discurso midiático, certamente mais caricato do que o do mercado, já bastante reducionista sob muitos aspectos, criou um protótipo de torcedor ideal. O torcedor imaginado tinha boa parte dos traços de seus inventores: era supostamente um homem, branco, de meia idade, de classe média, que gostaria de frequentar os jogos com a família, com dinheiro para gastar, que não poderia perder tempo com os acessos, que gostaria de se sentar confortavelmente, beber cerveja e comer pizza durante o jogo, como se estivesse na poltrona de casa. Acrescente-se ao tipo idealizado alguns componentes morais: era uma “pessoa de bem”, que desdenhava a violência das TOs – que fosse racista e homofóbico não era problema, desde que soubesse conter a língua (BANDEIRA, 2018) - e, como tal, gostaria de tê-las banidas dos estádios assim como as *barras* e outros tipos indesejáveis. As novas arenas, seguindo modelos como o Allianz Arena (Bayern

¹⁹ Gostaria de deixar explícito que esses termos que implicam juízos tais como os de bem ou mal-sucedido, avançadas ou atrasadas, amadores e profissionais, não são meus e prefiro manter distância em relação a eles por entender que foram usados politicamente, na mídia ou pelos “novos gestores”, para desqualificar a atuação de gestores amadores – não vem ao caso se eram competentes ou não – com um fim último de legitimar suas próprias perspectivas de gestão. As ciências econômicas, já o demonstrou Callon (1998), são performáticas, ou seja, elas têm a pretensão de reescrever a realidade que descrevem e o marketing é um exemplo disso.

Munique, Alemanha) e o Emirates Stadium (Arsenal, Inglaterra), entre outros, deveriam atender às demandas deste torcedor inventado ou, noutra hipótese, a própria arena modelaria este sujeito, a partir de um processo civilizacional.

A produção bibliográfica no campo dos estudos esportivos, a arenização foi objeto das mais variadas críticas (CAMPOS, 2014; SILVA e DEBORTTOLI, 2012; SANTOS, 2016, 2017; LOPES e HOLLANDA, 2018). Não houve embate entre esses pontos de vista antagônicos, pois não chegaram a se confrontar, cada qual confinado ao seu campo e, diga-se de passagem, “eles venceram”, ou seja: as novas arenas foram projetadas, financiadas com recursos públicos e edificadas em tempo recorde, de forma mais acelerada do que os efeitos possíveis de teses e dissertações críticas. Mas foi um *round*, apenas. Aproximamo-nos de uma década de arenização e há pouco a se comemorar, mesmo no campo do marketing - a exceção talvez seja o Allianz Parque, do Palmeiras, que não chegou a entrar no combo da Copa, mas beneficiou-se de concessões públicas e de um ambiente favorável para negócios.

É fato que os antigos estádios deixavam muito a desejar em termos de segurança e que isso é um tema de responsabilidade pública. No Brasil não tivemos, talvez por sorte, tragédias do porte das que ocorreram na Europa ao longo da década de 1980, que levaram as instituições esportivas e os estados nacionais a repensar os padrões de segurança dos espetáculos (BECK, 2016).²⁰ Todavia, o aporte vultoso de recursos públicos e a conotação excludente da atualização à brasileira, gerou descontentamentos entre certos segmentos da sociedade, incluindo-se os grupamentos de torcedores organizados, e serviu de pretexto para segmentos conservadores acusarem o governo Lula-Dilma de má gestão de recursos, muito embora as maiores aberrações tenham sido cometidas por governadores de estados, como já reportei em outras ocasiões (DAMO e OLIVEN, 2014; DAMO, 2020).

Imaginava-se, com as arenas, a exclusão das TOs, por exemplo, ou o disciplinamento delas, dado que, há exceção da Arena do Grêmio, nenhuma outra previa lugares sem assentos, tidos como indispensáveis às performances desses grupos. Elas foram gradativamente recuperando seus espaços, dada a força política de que dispõe junto a dirigentes de clubes, com quem mantém relações que, no mais das vezes, encaixa-se perfeitamente no padrão clientelista. Também retornaram porque a presença delas se mostrou indispensável dentro de um conceito consolidado de

²⁰ A ruptura do alambrado no Maracanã, na final do Campeonato Brasileiro de 1992, teve um saldo de mais de 80 feridos e três mortos. Menos de uma década depois, um incidente parecido ocorreu em São Januário, na final do Campeonato Brasileiro de 2000, tendo 160 feridos. Em ambos os casos havia superlotação.

espetáculo futebolístico, no qual as performances organizadas têm um lugar de destaque. Pior sorte tiveram os torcedores que anteriormente frequentavam as gerais, excluídos sumariamente das novas arenas (DAMO, 2018a).

Considerações finais

Diz-se que o futebol chegou ao Brasil como símbolo de modernidade; descreve-se o Maracanã como ícone da modernidade; as novas arenas identificadas com a modernidade. De qual modernidade estamos falando? Para a primeira geração dos estádios, a modernidade estava associada a tendências europeias, assim como o jogo e as formas de torcer. Trata-se de uma europeidade inventada nos trópicos, pois os futebolis na Europa eram múltiplos. Esta modernidade não poderia ter durado, e para muitos clubes de elite o futebol foi um modismo passageiro; abandonaram as competições, com seus *ground* e *field*, e foram se refugiar em outros esportes menos afeitos ao gosto popular. Outros se remodelaram, com seus quadros dirigentes mantendo-se à testa de clubes e ligas, ao mesmo tempo em que faziam concessões a atletas e mais tarde a torcedores vindos dos subúrbios, incluindo-se negros.

A transição não tardaria, acelerada pela Nova República; um momento decisivo a que corresponde os impulsos no sentido da industrialização, da extensão dos direitos políticos, da constituição de um Estado garantista e uma urbanização avassaladora. O futebol se massifica, à diferença de outros esportes, e os estádios precisam acompanhar o processo, ainda mais que entram em cena os jornais e, sobretudo, as rádios. Os estádios tornam-se lugares de festa, ainda que essencialmente masculina, com um ou outro burburinho, ainda assim “desorganizado” – mas a preocupação com a vigilância dos torcedores se torna uma constante, de parte dos clubes e do Estado. Rio de Janeiro e São Paulo parecem liderar a corrida, mas outras capitais não ficam para atrás.

O Maracanã se torna, então, um símbolo nacional, em que pese a decepção com a Copa de 1950 (FRAGA, 2014). Em certo sentido, o Maracanã traduzia uma utopia nacional, de um país rico por natureza, em que todos poderiam ter um “lugar ao sol”; onde se poderia torcer em harmonia, preservando-se as distâncias e as diferenças. E tinha até a Geral, que era o lugar dos pobres, mas nem por isso menos festivo, burlesco e criativo. Também havia o fosso, como a lembrar que a felicidade de pobre nunca é completa; poder-se-ia estar bem próximo ao campo, mas não dentro; exceto se o time do coração conquistasse a taça. Nesses casos não havia fosso capaz de impedir a entrada em campo, a mistura de jogadores e torcedores, homens abraçados a outros

homens, a chorar de alegria, em cenas que agora só existem em estádios arcaicos. As arenas acabaram com esta alegria, enviando os pobres para casa, de onde podem acompanhar um ou outro jogo pela televisão.

A impressão é que voltamos ao início do Século XX, mas não se pode simplificar o debate. Há mudanças nas relações de gênero, de modo que aqueles estádios maracanizados tornarem-se obsoletos também sob este aspecto. A preocupação com direitos e condicionalidades - pessoas com deficiência, mulheres, crianças, idosos, entre outros – é uma realidade que havia de ser contemplada e as arenas, sob este aspecto, são menos hostis do que a geração de estádios que as precederam. Há reivindicações legítimas de parte de quem não se adaptou ou foi excluído das arenas, mas em meio a isso há também nostalgia – não por acaso muitos dos críticos são homens. Nem as arenas são o que os marqueteiros imaginaram, nem são o fim dos tempos. Há bons exemplos de segmentos de torcedores articulados politicamente para torná-las mais inclusivas do ponto de vista sócio-econômico, como o Movimento Povo do Clube, no Internacional (OLIVEIRA, 2017), e grupos de *antifas* protestando por todo o território nacional – por hora mais presentes nas redes sociais do que nos estádios – contra o racismo, a xenofobia, a homofobia, o machismo e outras formas de discriminação amplamente toleradas nos estádios.

Até mesmo os clubes, a maioria deles, ao menos, passaram a se preocupar com a sua memória, e há exemplos interessantes de como podem preservar seu patrimônio, senão na forma de tombamento, na construção de acervos com a memória coletiva. Participar deste debate é tão importante quanto lutar pela preservação de fachadas e territórios como a Geral. É lamentável que, por açodamento ou por colonialismo, tenhamos permitido que prosperassem projetos tão pouco ousados como os das novas arenas, no sentido de preservar certas marcas, como a Geral, por exemplo. Resta-nos, por hora, lutar para inseri-la nos museus e memoriais, resguardando do esquecimento certas formas de torcer genuínas, que não pretendiam ser modernas nem imitar ninguém, apenas enveredar por algumas horas no terreno das emoções fortes, instáveis e burlescas.

Referências

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DOS CLUBES BRASILEIROS DE FUTEBOL - Demonstrações Financeiras de 2019. 11^a Edição. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/07/Analise-dos-Clubes-Brasileiros-de-Futebol-2020-ItauBBA.pdf>. Acesso em 12/12/2020.

ARCHETTI, Eduardo. *Masculinities. Football, Polo and the Tango in Argentina*. Oslo: Berg, 1998.

BANDEIRA, Gustavo. “Do Olímpico à Arena: elitização, racismo e heterossexismo no currículo de masculinidade dos torcedores de estádio”. Tese de Doutorado. PPG Educação/UFRGS, Porto Alegre, 2017.

BECK, M. P. A hiper-real verdade: três discursos do The Sun pósdesastre de Hillsborough. *Anais do II Simpósio Internacional Futebol, Linguagem, Artes, Cultura e Lazer* [recurso eletrônico]/ organizador Silvio Ricardo da Silva [et al.] – Belo Horizonte:EEFFTO/UFMG, 2016

BOCCHI, Gabriel Moreira Monteiro. *Do estádio Pacaembu para a Arena Corinthians: etnografia de um processo de “atualização”*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/ Universidade de São Paulo, 2016.

BROMBERGER, Christian. “Le patrimoine immatériel” entre ambiguïtés et overdose”. *L’Homme*, 209, 2014, p. 143-151.

BROMBERGER, Christian. *Le match de football: ethnologie d’une passion partisane à Marseille, Naples et Turim*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L’Home, 1995.

BROMBERGER, Christian. *Football, la bagatelle la plus sérieuse du monde*. Paris: Bayard Editions, 1998.

CADASTRO NACIONAL DE ESTÁDIOS DE FUTEBOL (CNEF) 2016. Confederação Brasileira de Futebol, 2016. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/futebol-brasileiro/noticias/index/cbf-cadastra-790-estadios-brasileiros>> Acesso em: 15 nov. 2020.

CALLON, Michel. "Introduction: The embeddedness of economic markets in economics". In: “Postface”. In: COCHOY, Franck (org.) *Du lien marchand – comment le marché fait société*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2014, p. 343-62.

CALLON, Michel. “Qu’est-ce qu’un agencement marchand?”. In: Michel Callon et al. *Sociologie des agencements marchands – Textes choisis*. Paris: Presses des Mines, 2013, p. 325-440.

CALLON, Michel. *The Laws of the Markets*. Oxford; Malden, MA: Blackwell Publishers, 1998. p. 1-57.

CAMPOS, Flávio. “Arquitetura da exclusão: apontamentos para a inquietação com o conforto”. In: CAMPOS, Flávio; ALFONSI, Daniela (Orgs.). *Futebol, objeto das ciências humanas*. São Paulo: LeYa, 2014.

CLEMENTE, Rafael William. *Maracanã: espaço e representações entre torcedores de futebol*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

COUTO, Euclides. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

COUTO, Euclides. *Belo Horizonte e o futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

CRUZ, Antônio H. O. *A virada econômica do futebol: observações a partir do Brasil, Argentina e uma Copa do Mundo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social/Museu Nacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CURI, Martin. *Espaços da emoção: arquitetura futebolística, torcida e segurança pública*. Tese (Doutorado em Antropologia) –Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DAMO, Arlei e FERREIRA, Bernardo. No tempo das excursões - O circuito clubístico porto-alegrense e a reconfiguração de suas fronteiras em meados do século XX. *Revista de História Regional*. 17(2): p. 378-411, 2012.

DAMO, Arlei e OLIVEN, Ruben. "La "gran ocasión". Brasil como sede de la Copa del Mondo de la FIFA de 2014 y de los Juegos Olímpicos de 2016". In: GOING, Ramón Llopis (ed.). *Megaeventos Deportivos: perspectivas científicas y estudios de caso*. Barcelona: Editora UOC, 2012. p. 227-245.

DAMO, Arlei. "A tragédia que a Copa legou ao Brasil- as Jornadas de Junho e a efervescente anticorrupção." *Interseções. Revista de estudos interdisciplinares*, vol. 22, no. 2, 2020, p. 167-200.

DAMO, Arlei. "Futebóis – da horizontalidade epistemológica à diversidade política". *Fulia / Ufmg*, [s.l.], v. 3, n. 3, p.37-66, 2018a.

DAMO, Arlei. "A governamentalidade da população futebolística". In: *Ludopédio*. Disponível em: <<https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/governamentalidade-da-populacao-futebolistica>> Acesso em: 10 jul. 2019, 2018b.

DAMO, Arlei. Das palavras e dos palavrões - um olhar antropológico sobre formas de sociabilidade e construções narrativas nos estádios de futebol. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, João Pessoa: UFPB, v.1, n.1, p. 81-100, 2017.

DAMO, Arlei. *Do dom à profissão*. São Paulo: Hucitec, 2007.

DAMO, Arlei. *Futebol e Identidade Social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DRULA, Andréia Juliane. *O processo de transformação de um estádio para arena: o caso da Arena da Baixada*. Curitiba: Dissertação de Mestrado em Educação Física/UFPR, 2015.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. Martins Fontes: São Paulo, 2003.

FRAGA, Gerson W. *Uma triste história de futebol no Brasil: o Macacanaço – nacionalidade, futebol e imprensa na Copa do Mundo de 1950*. Passo Fundo: Méritos, 2014.

GAFFNEY, Christopher. *Temples of the Earthbound Gods. Stadiums in the cultural landscapes of Rio de Janeiro and Buenos Aires*. Austin: University of Texas Press, 2008.

GAFFNEY, Christopher e MASCARENHAS, Gilmar. The soccer stadium as a disciplinary space. *Revista Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 1-16, nov.2005-fev. 2006.

GIGLIO, Sérgio. *A história política do futebol olímpico (1894-1988)*. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2018.

GIULIANOTTI, Richard. *Sociologia do futebol. Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GIULIANOTTI, Richard. Sport Spectators and the Social Consequences of Commodification. *Journal of Sport and Social Issues*, 2005; 29; 386.

GIULIANOTTI, Richard. Supporters, Followers, Fans, and Flaneurs. *Journal of Sport and Social Issues*, 2002; 26; 25.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005.

GUEDES, Simoni. *Jogo de Corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: EDUFF, 1997.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.

HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HOBSBAWM, Eric (1990). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOLLANDA, B., & MEDEIROS, J. De “país do futebol” a “país dos megaeventos”: um balanço da modernização dos estádios brasileiros sob a ótica das torcidas organizadas da cidade de São Paulo. *Recorde: Revista de História do Esporte*, 12(1), 2019.

HOLLANDA, Bernardo e FLORENZANO, José P. (Orgs.). *Territórios do torcer: depoimentos de lideranças das Torcidas Organizadas de futebol*. São Paulo: Educ, 2019.

KENNEDY, David e KENNEDY, Peter. Football supporters and the commercialisation of football: comparative responses across Europe. *Soccer & Society*, 13:3,327-340,2012.

LEITE LOPES J. S. A vitória do futebol que incorporou a pelada: a invenção do jornalismo esportivo e a entrada dos negros no futebol brasileiro. *Revista da USP – Dossiê Futebol* (22): 64-83, 1994.

LEITE LOPES J. S. Le Maracanã, cœur du Brésil. In: *Sociétés & Représentations. Football & Sociétés*, n° 7, 1998. Paris: CREDHESS, 1998.

LEITE LOPES J. S. “Fútbol y clases populares en Brasil. Color, clase e identidad a través del deporte”. In: *Nueva Sociedad*. Venezuela, n° 154, 1998, mar-abr, p. 124-46.

LIMA, Fernando G. *Singularidade do futebol da cidade de Rio Grande/RS na década de 1930*. Dissertação [mestrado em educação física], Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pelotas (ESEF/UFPeI), Pelotas, 2014

LLOPIS-GOIG, Ramón. From ‘socios’ to ‘hyper-consumers’: an empirical examination of the impact of commodification on Spanish football fans. *Soccer & Society*, 13:3, 392-408, 2012.

LOPES, Felipe Tavares Paes; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. “Ódio eterno ao futebol moderno”: poder, dominação e resistência nas arquibancadas dos estádios da cidade de São Paulo. *Tempo*, v. 24, n. 2, p. 206-232, 2018. .

MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e bandeiras: a conquista do Brasil pelo futebol*. Rio de Janeiro: EDUERJ; 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol. *Cidades*. Rio Claro, v. 10, n. 17, p. 142-170, 2013.

MASCARENHAS, Gilmar. “Globalização e espetáculo: o Brasil dos megaeventos esportivos”. In: Del PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de. (Orgs.). *História do esporte no Brasil: do império aos dias atuais*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 505-533

MELO, Erick S.O. e CID, Gabriel S.V. Vida e morte do Maracanã: a batalha do estádio em dois atos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 32, n° 66, p. 695-719, set-dez 2019.

MOURA, Gisele. *O Rio corre para o Maracanã*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

MYSKIW, Mauro (2012). *Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre*. 415 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento). Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.

OLIVEIRA Jr, Ricardo César Gadelha de. “A reviravolta dos “fanáticos”: arenização, agenciamentos mercadológicos e novos movimentos políticos a partir do Sport Club Internacional. Tese de Doutorado. PPG Antropologia Social/UFRGS, Porto Alegre, 2017.

PEREIRA, Leonardo. “Pelos Campos da Nação: um goal-keeper nos primeiros anos do futebol brasileiro”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, 1996, p. 23-40.

PEREIRA, Leonardo. *Footballmania: uma história social do futebol*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

REALE, Getúlio Sangalli. *Construção de mundos: a onto-política de marketing no contexto do futebol de espetáculo brasileiro*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre, 2016.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola, as ruas alinhadas e a uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Rio de Janeiro: Drible de Letra/Multifoco, 2018.

ROCHA, Luiz Guilherme Burlamaqui Soares Porto. *A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)*. 2019. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2020.tde-28022020-175445. Acesso em: 2021-01-15.

SALAINI, Cristian Jobi; GRAEFF, Lucas. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. *Horizontes antropológicos.*, Porto Alegre , v. 17, n. 36, p. 171-195, dez. 2011

SANTOS, Daniel de Araújo dos. *Onde a Arena vai mal, um time no Nacional*. A criação do campeonato brasileiro em 1971. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2015.

SANTOS, Irlan S. Mercantilização do futebol e movimentos de resistência dos torcedores: histórico, abordagens e experiências brasileiras. *Revista Esporte e Sociedade - NEPESS/UFF*, n. 11, n. 27, 2016.

SANTOS, Irlan S. *Cientes versus Rebeldes - Novas culturas torcedoras nas arenas do futebol moderno*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

SEVCENKO, Nicolau (1992). *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, Cia. das Letras.

SILVA, Sílvio Ricardo da; DEBORTOLI, José Alfredo; SILVA, Tiago Felipe da (Org.). *O Futebol nas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG. 2012.

SPAGGIARI, Enrico (2014). *Família joga bola: Constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo.

TEMPASS, Mártin. *Os malditos da Coreia – um estudo antropológico sobre os torcedores da arquibancada popular do estádio Beira-Rio - Porto Alegre/RS*. Monografia (TCC em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

TERRAY, Emmanuel. *Face aux abus de mémoire*. Arles, Actes Sud, 2006.

TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris, Arléa, 1998.

VASSORT, Patrick. *Football et politique*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1999.

VELHO, Gilberto. *Patrimônio, negociação e conflito*. Mana, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

VELHO, Tullio Barreto. “Gilberto Freyre e o futebol-arte”. *Revista USP*, São Paulo, n.62, p. 233-8, 2004.

VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque*. Paris, Éditions du Seuil. 1976

ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

Data de recebimento: 26.02.2021

Data de aceite: 16.03.2021